

Lenin, e a Internacional Comunista na questão do Oriente

Antonio Carlos Mazzeo

Como citar: MAZZEO, Antonio Carlos. Lenin, e a Internacional Comunista na questão do Oriente. *In* : ROIO, Marcos Del (org.). **Marxismo e Oriente** : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo: Ícone, 2008. p.91-111. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p91-111>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

novamente sob domínio islâmico, que “os sequazes da religião mosaica”, como diziam seus perseguidores cristãos, encontraram abrigo. Já os que se deslocaram para o leste europeu, onde o termo “pogrom” (massacre de judeus) iria adquirir sinistra notoriedade, continuaram a sofrer a intolerância dos cristãos.

Três séculos mais tarde, como reflexo de autodefesa dos judeus perseguidos na Europa oriental, surgiu o sionismo. A segunda metade do século XIX foi marcada pela partilha territorial da Ásia e da África entre as grandes potências do imperialismo europeu em expansão. Inspirados nesta vaga colonialista, os militantes sionistas decidiram resolver às custas dos árabes o problema de habitar o único território, a Palestina. A inspiração colonialista deste programa trazia explícito o desígnio de tratar os árabes como os imperialistas cristãos europeus tratavam os “nativos” da periferia colonial. Theodor Herzl, *Um judeu* (1895), de *Quilhas Politicas e Sociais da Cidade de Curitiba* e *Estado* como devendo “fazer parte de uma muralha defensiva da Europa na Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie”.²⁴⁹

O comando da 10.ª (de 1919 a 1920), havia voltado de seus estudos para o Oriente, implementando a reflexão de Lenin de 1919, feita no II Congresso Pan-russo, em que se exploravam suas preocupações (sua crítica aos movimentos revolucionários do proletariado europeu e a tolerância mútua e primitiva dos países imperialistas e como o movimento de libertação nacional daquela região, procurando, ao mesmo tempo, ligar a luta de vanguarda operária no Ocidente à revolução nacional e a luta de vanguarda dos povos orientais). Por isso as tendências que priorizaram a ação revolucionária no Oriente e os países de origem colonial – representadas por Sultan Galiev da Turquia e Bochechiliaso patrocínio da emigração (que voltou a se acelerar em consequência da repressão czarista após a revolução russa de 1905). Os recém-

* Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de parte do primeiro capítulo de meu livro, *Sinfonia Inacabada – A Política dos Comunistas no Brasil*, SP, Boitempo, 1996. J. W. Laqueur, *A History of Zionism*, Nova Iorque, 1976, p. 95 e Kenneth Brown, “Iron and a King: the Likud and Oriental Jews”, *Merip Reports* (114), maio de 1983, p. 6. Apoiamo-nos neste notável artigo nas linhas que seguem.

análises deixava transparecer uma profunda desconfiança para com o Ocidente.¹⁰⁸

Essa guinada para o Oriente, feita decisivamente a partir de 1921 (após o II Congresso da IC, em julho de 1920, e do Congresso dos Povos do Oriente, convocado por iniciativa da IC e realizado em Baku, em setembro de 1920), expressará outra e mais completa viragem que influenciará as estratégias de ação da Internacional Comunista, isto é, será a tentativa da construção de uma alternativa para superar o isolamento da Rússia Soviética, com o refluxo dos movimentos revolucionários na Europa, por meio dos movimentos emancipacionistas dos países do Oriente, que potencialmente poderiam vir a se constituir em um elemento fundamental para romper o cerco em que a revolução no Ocidente estava mergulhada.¹⁰⁹

Neste sentido, a viragem para o Oriente traz em seu bojo uma necessária rearticulação de importantes elementos constitutivos da teoria do imperialismo e o aspecto de maior relevância foi o aprofundamento do papel das lutas de libertação nacional no contexto da revolução mundial, que ampliou, assim, a discussão sobre o caráter do internacionalismo proletário e sobre a teoria da revolução socialista mundial. A preocupação de Lenin em relação aos países de extração colonial já era evidenciada no livro *O Imperialismo, etapa superior do Capitalismo*, escrito entre janeiro e julho de 1916, no qual argumentava que para as massas oprimidas não haveriam condições de combater a exploração sem, ao mesmo tempo, combater a cadeia imperialista mundial, isto é, as lutas de libertação nacional para serem vitoriosas teriam de ser, ao

¹⁰⁸ Ver René Galissot, *O Imperialismo e a Questão Colonial e Nacional dos Povos Oprimidos* in Eric J. Hobsbawm, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v. 8, p. 225. Ver também Fernando Claudin, *A crise do Movimento Comunista – A crise da Internacional Comunista*. São Paulo, Global, 1985. v. 1, p. 218.

¹⁰⁹ Annie Kriegel argumenta que no Congresso de Baku, a IC procurava analisar as possibilidades de estender-se para leste, uma vez que o Ocidente encontrava-se bloqueado, *Las Internacionales Obreras (1864-1943)*. Barcelona, Orbis, 1986, p. 102.

mesmo tempo, antiimperialistas, de caráter proletário e socialistas.¹¹⁰

No entanto, essa rediscussão sobre o papel do Oriente no processo revolucionário não se deu sem uma dura contraposição por parte dos comunistas dos países orientais, que eram definidos pela IC como países coloniais e *semicoloniais*.¹¹¹

Além do turco Sultan-Galev, o indiano Manavendra Nath Roy contrapôs-se, com maior fundamentação teórica, a idéia consagrada pelo movimento comunista do papel de vanguarda do operariado e do proletariado urbano dos países capitalistas desenvolvidos na revolução mundial, tese essa que aparecia nas discussões da IC com fortes cores eurocêntricas. Roy acentuava, em suas intervenções no II Congresso da IC, que a revolução no Ocidente dependeria do curso da revolução no Oriente, subordinando assim o êxito da revolução mundial às revoluções realizadas nos países de formação social pré-capitalista, de capitalismo tardio ou de extração colonial, preannunciando a corrente oriental do marxismo.¹¹²

Lenin refutará estas teses, no que concerne ao papel central da revolução nos países orientais, acentuando que esse tipo de interpretação era um viés que não considerava os elementos constitutivos das contradições fundamentais capitalistas, entre os quais estava o aspecto da organização política das massas:

O camarada Roy vai muito longe ao sustentar que o destino do Ocidente depende apenas do grau de desenvolvimento e das forças do movimento revolucionário nos países orientais. Embora existam na Índia 5 milhões de proletários e 37 milhões de camponeses sem terra, os comunistas hindus

¹¹⁰ Ver V. I. Lenin, *El Imperialismo, Etapa Superior del Capitalismo*. In *Obras Completas*. Madrid, Akal, 1976. vol. XXIII, pp. 298-426

¹¹¹ Ver Galissot, *op. cit.*, Claudin, *op. cit.*, Rudolf Schlesinger, *La Internacional Comunista y el Problema Colonial*. Buenos Aires, PyP, 1974.

¹¹² Ver Schlesinger, *op. cit.*, e Claudin, *op. cit.*

ainda não conseguiram criar um partido comunista em seu país, e este fato basta para demonstrar que os pontos de vista do camarada Roy, em larga medida, estão desprovidos de fundamentos.¹¹³

Mas se de um lado Lenin combate asperamente as teses de Roy – que via a necessidade de deslocar o eixo estratégico da revolução mundial para o campo – de outro lado, acaba verificando a necessidade de reformulação nas análises e interpretações teóricas das formações sociais orientais, que vinham norteando as interpretações sobre o problema nacional e colonial. Lenin percebe a urgência em aprofundar a compreensão do impacto da Revolução Russa nos movimentos de libertação nacional do Oriente e a necessidade de implementar uma política de ação mais centralizada, por parte da IC, priorizando três elementos fundamentais: 1) a perspectiva da ampliação do processo revolucionário por meio dos movimentos de libertação nacional; 2) a possibilidade de romper o isolamento da revolução transformando a Rússia Soviética em ponte entre o Ocidente e o Oriente; 3) a imperiosidade de combater as tendências eurocêntricas no interior da IC (que tinha como maior expressão o italiano Giacinto Serrati), que entendiam ser os movimentos coloniais meros instrumentos para o proletariado europeu. De modo que essas reformulações, nas análises teóricas sobre a Questão Nacional e Colonial, que irão influenciar diretamente a teoria do imperialismo cujo alcance analítico transcende a mera visão taticista, buscavam alargar a visão da IC sobre a estratégia de luta contra o capitalismo, na medida em que possibilitavam realizar também a discussão sobre o caráter da política de alianças entre as massas oprimidas dos países coloniais e os movimentos de libertação nacional.¹¹⁴

¹¹³ V.I. Lenin, apud Claudin, op. cit., p. 219. Ver também Galissot, op. cit., pp. 236-237.

¹¹⁴ Ver Claudin, op. cit., Galissot, op. cit., e Schlesinger, op. cit. Ver também E. Ragonieri, *La terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*. Turim, Einaudi, 1978.

Essa reformulação estratégica aparece claramente no *Informe sobre a situação internacional e sobre as tarefas fundamentais da Internacional Comunista*,¹¹⁵ em que Lenin, partindo de suas análises sobre o imperialismo, recoloca o problema das massas oprimidas nos países coloniais, evidenciando o papel da guerra (1914-1918) na agudização das contradições capitalistas, na qual se intensificam a opressão colonial e militar e que, ao mesmo tempo, desloca para o centro dos acontecimentos milhões de seres humanos oprimidos que estavam “fora da história”. Com essa nova formulação, evidencia-se a absorção de alguns elementos das teses de Roy por parte de Lenin, *mas no sentido de estar levando em conta uma realidade até então ignorada pelo movimento comunista, que se encontrava extremamente fixado nas movimentações do proletariado europeu e norte-americano*, incorporando assim, situações objetivas das massas populares dos países de formação social pré-capitalista ou de capitalismo tardio. No entanto, essa posição de Lenin não deve ser entendida como mera concessão tática aos países coloniais (principalmente aos do Oriente), e tampouco, como o abandono da teoria clássica marxiana da vanguarda revolucionária. Ao contrário, se, como entendia Lenin, as condições para uma revolução mundial estavam sendo potencializadas em todo o planeta, a partir da crise capitalista, na qual havia um crescimento efetivo da importância dos movimentos de libertação nacional, essa mesma revolução teria nas *formações sociais de capitalismo desenvolvido – o Ocidente – o centro de irradiação ideológica, cujo comando geral estaria baseado na IC*.¹¹⁶ Como argumenta Lenin, em sua intervenção no II Congresso:

¹¹⁵ Lenin, *Obras Completas*, op. cit., vol XXXIII, pp. 339 e segs.

¹¹⁶ Aldo Agosti evidencia que a partir do VI Congresso “[...] o papel do Komintern se define como sendo o de uma organização matriz, destinada a formular e a programar a estratégia de todo o movimento comunista, e a indicar a cada partido-membro as tarefas necessárias para reforçar sua posição nacional e o papel mais adequado para promover o desenvolvimento e a consolidação do movimento internacional. É nesse momento – e não antes – que o modelo bolchevique de partido se impõe como um ponto de referência a ponto de ser repositado em seus vários graus no Estatuto da IC [...]”. *O Mundo da Terceira Internacional*. In E. J. Hobsbawm, *História do Marxismo*, op. cit., v. 6, p. 108. Ver também A. Kriegel, op. cit., pp. 88 e segs.

A união dos proletários revolucionários dos países capitalistas avançados com as massas revolucionárias dos países onde não há, ou quase não existe, o proletariado e com as massas oprimidas dos países coloniais do Oriente se converte em uma realidade no presente Congresso.¹¹⁷

Nesse sentido, abre-se a possibilidade de o movimento comunista atuar conjuntamente com os movimentos de caráter “nacional-revolucionário”, isto é, aqueles que em suas plataformas tenham definido um programa antiimperialista e que não restrinjam a ação dos Partidos Comunistas. É importante ressaltar que nesse momento a perspectiva de uma *aliança não significaria a fusão* com esses movimentos porque o II Congresso da IC definia como de fundamental importância conservar a *independência* dos movimentos proletários.

A absorção da tese de Roy – a dos movimentos nacionalista-revolucionários – por parte de Lenin permitiu a superação da visão linear das “fases” obrigatórias dos processos revolucionários baseada nas experiências européias. Lenin afirmará que os movimentos revolucionários coloniais traziam *em si* um caráter democrático-burguês.¹¹⁸ Essa elaboração que prevalecerá no II Congresso, além de colocar em destaque as lutas de libertação nas colônias deixará de subordinar e de condicionar mecanicamente a vitória de uma revolução colonial à vitória do proletariado das metrópoles. Nessa formulação, passa-se a reconhecer nos movimentos coloniais a existência de um potencial revolucionário, porque trazem em seu bojo a possibilidade de transformarem-se em movimentos revolucionários de caráter socialista, o que possibilitaria, também, “saltar” a “etapa” capitalista e, conseqüentemente, seu caráter democrático-burguês.

¹¹⁷ Lenin, op. cit., p. 355.

¹¹⁸ Ver a reconstrução detalhada desse debate feita por Schlesinger, op. cit. Ver também as análises de Claudin, op. cit.

Mas se, por um lado pode-se afirmar que foi profícuo o II Congresso da IC, em relação às elaborações teóricas sobre o problema nacional e colonial, de outro, devemos considerar que essas análises foram produzidas no bojo de uma conjuntura extremamente penosa e contraditória para o projeto da *Revolução Mundial* preconizado pela IC, situação que, de certa forma, acabou constituindo-se num elemento limitador das interpretações dos processos revolucionários nas formações sociais não-européias. Como sabemos, a crise em que estava mergulhada a revolução na Rússia, após a guerra civil (1918-1920), com a falência inevitável do Comunismo de Guerra – agravada, no plano externo, com a derrota do movimento comunista na Alemanha e, internamente, com a revolta camponesa de 1920 (resultado da desmobilização militar) e com o primeiro levante, após a revolução, o de Kronstad, em março de 1921 – levou os dirigentes bolcheviques a uma nova equação dos caminhos para a construção do socialismo, sem a possibilidade de ter estendido os horizontes revolucionários. Isso quer dizer que, efetivamente, estava colocado para os líderes da Revolução Russa o desafio de construir o socialismo em um só país, de capitalismo tardio – o que *per se* constituía-se em um elemento agravante – com um reduzido proletariado e com grandes reminiscências feudais. Diante da situação caótica da economia russa e do perigo de fracasso do projeto revolucionário, implanta-se uma série de medidas econômicas gradativas que, em seu conjunto, ganhou o nome de Nova Política Econômica – NEP.¹¹⁹ Essa nova realidade não poderia deixar de impactar o Movimento Comunista Internacional e, conseqüentemente, seu organismo máximo, a IC. A implantação da NEP foi também a *institucionalização da Rússia Soviética como Estado*, o que levou aquele país a efetuar uma série de acordos diplomáticos com os Estados limítrofes,

¹¹⁹ Denominação dada por Lenin em março de 1922. Vejam-se: VI Lenin, *La Nueva Política Económica* in *Obras Completas*, op. cit. e *El Impuesto Sobre Especie*, in *idem*, ambos no Vol. XXXV. A esse respeito, ver E.H. Carr, *A Revolução Bolchevique – 1917-1923*. Porto, Afrontamentos, 1979, v. II, p. 298, nota 8.

evidenciando um recuo da revolução às fronteiras da Rússia. Em 1921, é assinado um tratado comercial com a Inglaterra, o que implicou a renúncia soviética à difusão de ações de propaganda revolucionária nas regiões de interesses britânicos.¹²⁰ *Esses acordos influem decisivamente na estratégia da revolução mundial*, pois apontam para a necessidade de garantir as conquistas da Revolução na Rússia e, portanto, o Estado soviético em detrimento da revolução mundial que entrava, naquele momento, em compasso de espera. A maioria absoluta do comando da IC entendia ser de crucial importância a manutenção de um Estado proletário para quando as condições favoráveis à revolução voltassem a surgir. Manter a Rússia como um bastião socialista era considerado de importância estratégica para a revolução mundial.

Nesse contexto histórico, como ressalta Galissot, a diplomacia soviética se insere “[...] no sistema das relações entre Estados, e, desse modo, irrompe a contradição entre os interesses do Estado e os da Revolução, que deveriam ser da alçada apenas da Internacional e dos partidos comunistas”.¹²¹ O maior exemplo desse novo momento e, ao mesmo tempo, das contradições que irão se estabelecer no MCI é, sem dúvida, o tratado com a Turquia. Mustafá Kemal havia, em 1920, solicitado a Lenin auxílio militar e diplomático ao Estado soviético. Dentro da ótica da luta antiimperialista o governo soviético assina em 1921 um pacto de amizade e ajuda, mas, no mesmo momento em que eram firmados acordos entre os dois Estados, o governo de Kemal reprimia brutalmente o PC turco e o movimento camponês, assassinando 17 destacados líderes comunistas (e jogando seus cadáveres ao mar), entre eles o intelectual e introdutor do marxismo na Turquia e líder do Partido Comunista, Mustafá Subji.¹²² Desse modo a necessidade de manutenção

¹²⁰ Ver Galissot, op. cit., p. 242; Claudin, op. cit., e Carr, op. cit.

¹²¹ Galissot, op. cit., pp. 242-243. Ver também Ragonieri, *La Terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*, op. cit.

¹²² Ver Claudin, op. cit., p. 221 e Galissot, op. cit., p. 243.

e defesa do Estado Soviético determinará toda a estratégia da IC, cujos desdobramentos se darão em seu III Congresso.

Como afirma Claudin, entre o II e o III Congresso, serão acumuladas ricas experiências, no que se refere à luta antiimperialista. Entretanto, novos problemas que exigiam análises profundas, especialmente a questão turca: foram tratados de maneira superficial, como demonstra o informe de Zinoviev,¹²³ ou seja, subordinam-se as análises e as ações da IC à razão do Estado Soviético, o que ocasiona, conseqüentemente, o recuo do movimento. Mesmo assim há, no III Congresso, realizado em julho de 1921, uma inovação tática que visa reverter o imobilismo no movimento operário europeu, dos sindicatos e movimentos reformistas com a introdução – proposta por Lenin – da política de frente única (a atuação com grupos políticos reformistas, em busca da hegemonia comunista no movimento operário), sob o lema: “rumo às massas”.

Se o IV Congresso, de dezembro de 1922, continuou a implementar a política da frente única, que priorizava a ação dos comunistas nos países de capitalismo desenvolvido, por entender que esta política estreitaria a ação dos comunistas com as “massas avançadas” do movimento, criando possibilidades de tirá-las das influências reformistas e de ativar uma política revolucionária, recolocou também, e com amplo espaço, o problema nacional e colonial, centrando suas atenções nos movimentos nacionais do Oriente e dando maior relevância à manutenção dos movimentos de libertação na luta democrática e antiimperialista e ao problema agrário, definindo-se *o caráter da revolução colonial como nacional e democrático-burguês*.

Refletindo a influência política soviética e a repercussão da implantação da NEP na construção da estratégia da IC, a questão nacional e colonial aparece vinculada ao

¹²³ Op. cit., pp. 221. Ver também Schlesinger, op. cit., e Galissot, op. cit., p. 244 e segs.

problema agrário-camponês, elaborado pela IC sob influência de Bukharin, que entendia serem os países coloniais e *semicoloniais* o *campo do mundo*, sendo portanto necessária uma aliança mundial operário-camponesa, nos moldes das que se faziam nas repúblicas soviéticas.¹²⁴ De fato, *esta diretriz reproduzia mais ou menos a mesma linha política, no âmbito dos países coloniais, da frente única*, buscando influenciar política e ideologicamente os movimentos revolucionários burgueses de libertação nacional. Assim, como acentua Agosti, o IV Congresso irá estabelecer dois pontos fundamentais para os países coloniais e *semicoloniais*:

Criar um núcleo do Partido Comunista que represente os interesses gerais do proletariado e apoiar com todas as forças o movimento revolucionário nacional contra o imperialismo, tornar-se vanguarda desse movimento e fazer emergir o movimento social no interior do movimento nacional.¹²⁵

Lenin, em um de seus últimos escritos, *Mais vale pouco porém bom*, de 2 de março de 1923, chama atenção para esse aspecto ressaltando a necessidade de uma ação eficaz para a elevação do nível cultural das massas trabalhadoras dos países coloniais, particularmente do Oriente, visto como manancial revolucionário.¹²⁶ Essa preocupação de Lenin não se constitui em mero reducionismo mecanicista sobre o problema dos países coloniais, como sugere Galissot ao afirmar que há um limite analítico em Lenin que, segundo sua interpretação, “[...] não vê, porém, nas diferenças de cultura à base das relações socioculturais que sustentam a consciência coletiva e a própria

¹²⁴ Ver Aldo Agosti, *La Terza Internazionale – Storia Documentaria*. Roma, Riuniti, 1972, t. I, v. I.

¹²⁵ Aldo Agosti, *op. cit.*, v. I, p. 651.

¹²⁶ “A fim de que seja possível resistir até o próximo conflito armado entre o Ocidente contra-revolucionário e imperialista e o Oriente revolucionário e nacionalista, entre os Estados mais civilizados do mundo e os Estados atrasados como os do Oriente, que constituem, porém, a maioria, é necessário que essa maioria torne-se civilizada a tempo. Tampouco nós temos um grau suficiente de civilização para passarmos diretamente ao socialismo, embora entre nós existam as premissas políticas para isso”. In *Obras Completas*, *op. cit.*, v. XXXVI, p. 536.

consciência política".¹²⁷ Ao contrário, entendemos que este é o momento de maior compreensão de Lenin da necessidade de intervenção do movimento comunista, no sentido de *estar superando exatamente* os limites socioculturais e se direcionando, conseqüentemente, para a elevação do nível de consciência do proletariado e dos camponeses dos países orientais.

Mas a morte de Lenin, em 1924 acabará arrefecendo o debate sobre o caráter revolucionário das massas dos países orientais e *semicoloniais*.

Já o V Congresso da IC, realizado nos meses de junho e julho de 1924, acabará deslocando os debates para os problemas nacionais da Europa, basicamente sobre a questão balcânica, colocando o Oriente em segundo plano. Objetivamente, esse Congresso afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, pois acaba por cair em análises esquemáticas diretamente relacionadas aos problemas do Estado soviético. É nesse momento que transforma-se a necessidade em virtude, quer dizer, da necessidade de se manter o socialismo em um só país, enquanto elemento tático, num momento de refluxo revolucionário, a IC ruma para a lógica da razão de um Estado socialista *em si*, desconsiderando-o como aquele que deveria ser o núcleo irradiador da revolução mundial.

Mesmo assim, a luta antiimperialista dos países coloniais é reafirmada como fundamental. No entanto, nesse Congresso evidencia-se o início de um *reduccionismo teórico*, que se acentua nos anos subseqüentes devido a dois elementos fundamentais: 1) o aprofundamento da subordinação das formulações estratégicas da IC à construção do socialismo em um só país – *que se constitui no ponto central*; 2) o grande desconhecimento das particularidades históricas (*formações sociais*) dos países orientais – mais determinante do que a *presença* de uma visão eurocentrista, *absolutizada*

¹²⁷ R. Galissot, *op. cit.*, p. 248.

¹²⁸ Como fica explicitado na reconstrução da polêmica realizada por Galissot, *op. cit.*, e por Schlesinger, *op. cit.*

por Claudin¹²⁸. De fato, a transposição das análises das realidades ocidentais que enfatizavam o elemento classista existente nos países europeus, generalizando a formulação do “bloco operário e camponês”, será um obstáculo ao entendimento de realidades em que o componente rural e suas complexidades culturais constituíam-se como dominante. Esse reducionismo teórico interferirá, e de *maneira desastrosa*, nas formulações da IC desse momento em diante.

O V Congresso trata da luta interna no Partido Comunista Russo e às interpretações sobre a construção do socialismo. O elemento novo introduzido pelo V Congresso, “[...] na orientação adotada pelo anterior, consiste na *atenuação considerável* da posição crítica que o IV recomendava aos partidos comunistas coloniais em relação à colaboração com a burguesia nacional. O V Congresso enfatiza essa colaboração”.¹²⁹ Nesse sentido, a teoria do nacionalismo revolucionário tem alterada seus conteúdos, na medida em que fica submetida à incorporação de frações burguesas e parte da pequena burguesia ao bloco operário e camponês. Objetivamente, o V Congresso afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, pois acaba por cair em análises esquemáticas diretamente relacionadas aos problemas do Estado soviético, ligando-os automaticamente à realização da revolução mundial. Esses reducionismos são evidenciados nas análises teóricas de expressivas figuras da IC, como Bukharin, Trotsky e Stalin.

Apesar de partirem do princípio da necessidade e da possibilidade da realização da revolução mundial, compreendiam-na sob pontos de vista diferenciados. Bukharin a entendia como um processo histórico, subordinando-a à construção do socialismo em um só país. O bloco operário e camponês, nesse contexto, é a única forma de assimilar grande parte do proletariado mundial e de articulá-lo com o desenvolvimento progressivo de socialização mundial. Trotsky considerava como prioridade a revolução mundial sob controle operário, no qual

¹²⁹ Claudin, *op. cit.*, p. 236.

os movimentos coloniais se apresentam, em suas análises, como etapas equivalentes das revoluções democrático-burguesas européias.¹³⁰ Stalin, por sua vez, preocupado com o tensionamento interimperialista e com uma possível agressão ao Estado soviético, volta suas atenções às perspectivas de alianças com o que chamou de “retaguarda do inimigo”, isto é, com os *movimentos nacionalistas burgueses dos países coloniais envolvidos em lutas contra o imperialismo*. Além disso, o espectro de poder da IC, nos países coloniais, era extremamente débil, como demonstram os números do V Congresso,¹³¹ fato que levou Stalin a ter uma posição cética em relação à capacidade revolucionária dos comunistas orientais.

Em suas análises, desenvolvidas no livro *Questões do leninismo*,¹³² Stalin destaca as contradições internas do imperialismo, dentro do quadro mundial que se desenhava, procurando intervir nos pontos débeis dessas contradições, ou seja, as revoltas dos países coloniais e dependentes.¹³³ Nessa direção, Stalin também fará a ligação entre a questão camponesa e a questão nacional como partes integrantes da revolução mundial. No entanto, Stalin acabará por ligar esquemática e mecanicamente a defesa do socialismo em um só país com a possibilidade da revolução mundial. Galissot chama a atenção para esta formulação staliniana *generalizadora*:

¹³⁰ Sobre esse debate, ver Procacci, (orig.), *La Revolución permanente y el socialismo en un solo país*, Buenos Aires: PyP, 1972.

¹³¹ No informe, foram estes os números de membros das seções: China 800; Java 200; Pérsia 600; Egito 700; Palestina 100; Turquia 600, sendo ainda, mencionados pequenos grupos clandestinos na Coreia, Japão e Índia. Ver Agosti, *La Tercera Internacional - Storia Documentaria*, op. cit., Claudin, op. cit., p. 236 e Galissot, op. cit., p. 249.

¹³² *Cuestiones del leninismo*, Pequim, Ed. en lenguas extranjeras, 1977, pp. 68 e segs.

¹³³ Stalin, levando em consideração as formulações de Leniñ, claramente afirma a necessidade “[...] de que o proletariado das nações ‘imperiais’ apóie decidida e energeticamente o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos e dependentes”. op. cit., p. 71.

Não há mais necessidade de falar explicitamente de socialismo em um só país, já que a Revolução Russa se identifica com a revolução proletária. Seu objetivo constante é o fortalecimento da União Soviética, e tal empreendimento é apontado como um valor universal, algo fundido com os princípios do marxismo revolucionário: o poder é proletário, o novo Estado é proletário. *Naturalmente, outras revoluções são possíveis, mas seguindo o modelo da revolução soviética.*¹³⁴

Com base nessa visão esquemática, Stalin procurará diferenciar as formas de revolução coloniais de caráter antiimperialista: a) países atrasados, como o Marrocos, onde a burguesia nacional teria um perfil antiimperialista, em função de haver nesse país um frágil proletariado; b) países mais desenvolvidos, como China e Egito, onde as contradições de classe seriam mais complexas, e a burguesia comercial aparece como aliada natural do imperialismo mas, ao mesmo tempo, a incipiente burguesia industrial assume um papel antiimperialista; c) países com um grau mais elevado de desenvolvimento capitalista, como a Índia, onde a revolução seria, desde o início, hegemônica pelo proletariado.¹³⁵

Dentro desse contexto político, temos a intervenção da IC no processo revolucionário chinês, cujas análises de maior amplitude, como as de Bukharin, que procurava entender de forma mais abrangente o papel das classes agrárias, articuladas politicamente com o proletariado, são postas de lado, prevalecendo visões esquemáticas de aplicação – sem as necessárias mediações analíticas – da linha política desenhada no V Congresso, no qual, como evidenciamos, são atenuadas as críticas às alianças mecânicas com as burguesias nacionais. De fato, ocorre na China, em 1925, uma grande movimentação operária em Xangai e Hong Kong, liderada pelos comunistas, que obteve, inicialmente, o apoio da burguesia nacional

¹³⁴ Galissot, *op. cit.*, p. 254.

¹³⁵ Ver M. Del Roio, *A Classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 90.

industrial chinesa. No entanto, estava claro que o apoio da burguesia industrial apresentava-se como meramente conjuntural, pois em seguida aos acontecimentos de Xangai e Hong Kong essa fração burguesa desloca-se para a direita e implementa uma política de ruptura com os comunistas. Mesmo assim, prevalece na IC a tese do apoio incondicional ao *Kuomintang* (partido nacionalista), no qual estavam participando os comunistas que, simultaneamente, também estavam organizados no Partido Comunista Chinês (fundado em 1921), visto como o instrumento da realização da “etapa” democrático-burguesa da revolução chinesa. Como enfatiza Claudin,

Em março de 1926, o Comitê Executivo da IC admitiria o *Kuomintang* nas fileiras da Internacional como 'partido simpatizante' e nomearia Chiang Kai-Chek 'membro de honra' do *Presidium* do Comitê Executivo. Um ano depois, entre abril e julho de 1927, Chiang Kai-Chek e o *Kuomintang* se voltam contra o Partido Comunista Chinês e tratam de destruí-lo sem qualquer escrúpulo.¹³⁰

Acontece, nesse caso, praticamente o mesmo erro de avaliação ocorrido na questão turca, na medida em que prevalece a visão *principista* das *etapas* da revolução. Mesmo considerando essa ação do *Kuomintang* como uma traição aos comunistas, e que essa postura era um indício da passagem da burguesia nacional chinesa para a contra-revolução, a IC avalia que o *Kuomintang* ainda permanecia no campo revolucionário, por meio dos setores pequeno-burgueses e dos outros segmentos sociais que, no entender da IC, constituíam o verdadeiro *Kuomintang*. A ruptura se dará tragicamente, após a violenta repressão anticomunista desencadeada pelas tropas do *Kuomintang*, e terá como conseqüência o desmantelamento do PCC, que somente conseguirá sua reorganização após 1930, consolidando sua estrutura em 1935, com a hegemonia da

¹³⁰ Cf. Claudin, *op. cit.*, p. 238. Ver também Kriegel, *op. cit.*, pp. 103 e segs. e Schlesinger, *op. cit.*, p.73 e segs.

tendência maofista. Como afirma Del Roio, ao ressaltar a importância do prevalecimento da visão esquemática na IC:

Para além de sua importância intrínseca, a revolução chinesa serviu de tema para o desenrolar da luta entre a 'maioria' de Stalin e Bukharin contra a 'oposição unificada' de Trotsky e Zinoviev no interior do PCUS, e acabou sendo o parâmetro para a concepção que a IC desenvolveu para todo o mundo colonial e semicolonial.¹³⁷

De modo que, dentro da IC, a luta política concentra-se na questão do papel das classes sociais nas lutas de libertação nacional dos países coloniais e *semicoloniais*. O pressuposto dessa discussão era a estratégia frentista, isto é, o *bloco das quatro classes* – o bloco revolucionário dos operários e camponeses, dos intelectuais e da democracia urbana – defendido por Bukharin e Stalin e entendido como o bloco que deveria apoiar um partido popular e revolucionário. Isso evidencia que os debates sobre a questão colonial, grandemente influenciados pela visão superficial da questão chinesa, não conseguem transpor os limites das análises genéricas e esquemáticas.¹³⁸

O VI Congresso da IC, em julho de 1928, é realizado sob o impacto da derrota dos comunistas na China. Tal derrota, no informe dado por Bukharin, acaba sendo debitada aos

¹³⁷ Marcos Del Roio, *op. cit.*, p. 96.

¹³⁸ Como acentua Galissot: "A questão chinesa levou ao extremo a esquematização; e também Trotsky não chega a uma melhor compreensão das sociedades dependentes, terminando, por seu turno, por aplicar às mesmas os esquemas classistas do capitalismo desenvolvido [...]". *Op. cit.*, p. 260. No entanto, contrariamente às teses de Bukharin e Stalin, Trotsky enfatiza a questão do imperialismo e a possibilidade da revolução socialista em qualquer formação social, saindo da lógica da "razão de Estado" – que, de certa forma, reforçava a tese do socialismo em um só país –, apontando o problema da incompatibilidade das forças produtivas modernas com as fronteiras nacionais. Apesar disso, as análises de Trotsky acabavam caindo na mesma generalidade das realizadas pelo Komintern, que também não contemplava os elementos específicos – *particulares* – das formações históricas de extração colonial. Ver a polêmica com Bukharin e Stalin in Leon Trotsky, *Rivoluzione Mondiale o Socialismo in un Solo Paese?* In: Livio, Maitan (org.) *Per Conoscere Trotskij – Un'antologia delle opere*. Milão: Mondadori, 1972, pp. 253-272. Ver também Ragionieri, *op. cit.*, capítulo IV.

“erros de condução” do PCC, que teria permanecido tempo demais aliado à burguesia nacional. Nesse sentido, a crítica não foi dirigida à linha fundamental da orientação tática da IC, mas somente aos atos políticos adotados pelo PCC.¹³⁹ Temos assim, no VI Congresso, a *institucionalização da teoria da revolução feita em etapas*. Esta formulação teórica, ainda que, de certa forma, considerasse como referência os processos históricos das formações sociais existentes, acabou baseando-se na teoria do “bloco das quatro classes” e no caráter da *etapa da revolução democrático-burguesa*, ou seja, generalizando as complexas realidades sociais num determinado modelo a ser seguido. Com isso queremos dizer que se, de um lado, havia alguma positividade em se considerar *aspectos* das particularidades históricas e de suas diversidades sociais, econômicas e culturais, de outro, a *generalização* acabou deprimindo as potencialidades analíticas e principalmente criativas dos Partidos Comunistas em suas ações objetivas.

O programa do VI Congresso da IC, em seu item 8º assim descreve as etapas da revolução mundial: “A revolução mundial do proletariado é resultado de processos de naturezas diversas, que se efetuam em períodos distintos: revoluções proletárias, propriamente ditas; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras nacionais de libertação; revoluções coloniais”¹⁴⁰, caracterizados em *três tipos fundamentais* de revolução: a) *países de capitalismo de tipo superior*, como os Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra etc., com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada, com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nesses países a passagem à ditadura do

¹³⁹ Mao Tsé-tung criticará o Congresso por não ter dado a importância necessária aos camponeses e ao caráter mais longo do processo da revolução democrática. Ver Gallissot, *op. cit.*, p. 262. Sobre a visão de Mao Tsé-tung, leia-se, *La Lucha en las Montañas Chingkung*. In: *Obras Escogidas*. Madrid: Fundamentos, 1974, v. I, pp. 75 e segs.

¹⁴⁰ “Programa de la internacional comunista”. In: *VI Congreso de la internacional comunista: tesis, manifiestos y resoluciones*. Buenos Aires: Pyp, 1977, primeira parte, p. 286.

proletariado é direta, podendo-se proceder à imediata expropriação da grande indústria e estruturação do Estado em moldes soviéticos e, ainda, à coletivização da terra; b) *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo*, como Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, países balcânicos etc., onde permanecem importantes vestígios de relações semifeudais na economia agrária, com um mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto. Em alguns desses países é possível a transformação, mais ou menos rápida, da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Em outros, pode ser desencadeada uma revolução proletária com um grande contingente de objetivos de caráter democrático-burguês. Em todos esses países a ditadura do proletariado está subordinada à forma que irá tomar a revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deverá disputar a hegemonia na condução do processo; c) *países coloniais e semicoloniais*, como China e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nesses países predominam relações de modo de produção asiático ou relações *feudal-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontram-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. *Nestes países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional.* Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.¹⁴¹

¹⁴¹ *Idem*, pp. 286-288.

Esta esquematização “etapista” terá uma importância acentuada nos PCs europeus – que aplicavam a política de frente única, de certa forma, reproduzindo mecanicamente a *realpolitik* do Estado soviético. Nos países de extração colonial, particularmente na América Latina, acabará por definir a linha de ação dos PCs, sendo responsável, não poucas vezes pela eliminação da criatividade analítica no que se refere às interpretações das realidades latino-americanas.¹⁴²

Esse período, que engloba os anos de 1933-1935, é o momento da virada na URSS, quando o PCUS se fortalece para impulsionar o “socialismo em um só país”, desencadeando uma feroz luta interna em sua fileiras, que culminará com a ditadura stalinista no partido e na sociedade soviética. Em fevereiro de 1933, é realizado o XVIII Congresso do Partido Bolchevique – “Congresso dos Vencedores”, isto é, o congresso da consolidação da facção comandada por Stalin – e logo em seguida iniciam-se os Processos de Moscou; é quando também a teoria do socialismo em um só país torna-se uma “verdade absoluta”, juntamente com o modelo único de construção do socialismo. Os anos 30 são considerados decisivos para a viragem que se realiza dentro do conjunto do movimento comunista, que, alterando sua linha de ação e revendo suas políticas de alianças dentro de um contexto de pré-guerra – transformando a política de frente única na de frentes populares –, passa a viver novas experiências que o colocam diante de alternativas políticas construídas com base em processos singulares e próprios, que propiciam a alguns partidos comunistas ocidentais certo distanciamento das fórmulas genéricas e dos modelos abstratos elaborados pelo *Komintern*. Como lembra Galissot, a experiência do PCC, a partir de 1931, havia demonstrado a possibilidade de um partido elaborar

¹⁴² Michael Löwy chama a atenção para este momento – o terceiro período do *Komintern* (1929-1933) –, que tem seu *début* na I Conferência Comunista Latino-americana, realizada em junho de 1929, a partir do qual será sistematicamente tolhido o pensamento original latino-americano. Ver *Le Marxisme en Amérique Latine – Anthologie*, Paris: Maspéro, 1980, p. 23.

autonomamente uma estratégia revolucionária. Esses processos contribuíram para a construção de identidades nacionais dos PCs, o que se constituiu num dos aspectos positivos das frentes populares.¹⁴³ O fato é que os comunistas tinham claro a possibilidade de uma agressão imperialista e, dentro das frentes populares, a ênfase era dada à manutenção das liberdades democrático-burguesas e a preocupação de ampliar a segurança coletiva da URSS, implementada pelos comunistas, diante da ameaça fascista.

O VII e último Congresso da IC realiza-se entre julho e agosto de 1935, em Moscou, onde o MCI encontra-se numa postura defensiva, e, nesse quadro, também apareciam avaliações e balanços críticos sobre o Partido Mundial da Revolução, a IC. Em seu informe apresentado ao Congresso, Dimitrov, ao enfatizar a importância das frentes unidas, em todos os países, como recurso vital para o proletariado mundial na luta contra o fascismo, aponta a necessidade de reorganização dos métodos de trabalho da IC.¹⁴⁴ Era a inevitável tendência descentralizadora após as experiências de relativa autonomia vividas pelos PCs. Não pode passar despercebido que nesse Congresso os principais expoentes são Dimitrov e Togliatti, sendo o PC soviético representado por Manuilski. Na realidade, era uma reação tardia ao processo de russificação da IC, implementada, ainda que timidamente, pelos PCs europeus num momento em que a IC realiza inúmeras intervenções em diversos partidos comunistas, incluindo-se aí o PCB. Pela urgência de construir a tática defensiva antifascista, esse será o Congresso com menor grau de discussões teóricas.¹⁴⁵

¹⁴³ Cf. Galissot, *op. cit.*, pp. 115 e segs.

¹⁴⁴ Cf. J. Dimitrov, "A Ofensiva do Fascismo e as Tarefas da Internacional Comunista na Luta Pela Unidade da Classe Operária Contra o Fascismo". In: *Contra o Fascismo e a Guerra*. Sófia: Sófia Press, 1988, p. 36.

¹⁴⁵ Como afirma Claudin: "Neste Congresso da IC transpareceu que nos partidos comunistas tendências renovadoras lutavam por abrir caminho, desejando libertar-se de esquemas vazios, de tradições sectárias – mas, ao mesmo tempo, foi o menos teórico dos Congressos da IC". *Op. cit.*, p. 85, v. I. Ver também François Fejtö, *L'héritage de Lénine*. Paris: Librairie Générale Française, 1977, pp. 215 e segs.

No que se refere ao problema colonial, o informe apresentado por Wan-Ming praticamente passa ao largo das referências que haviam sido elaboradas anteriormente, sobre os modelos de revolução colonial, refletindo não somente a tendência geral de autonomização, presente no Congresso, mas, principalmente, os acontecimentos da China, uma vez que a IC não mais controlava o PCC, sob comando de Mao Tsé-tung.¹⁴⁶ Enfatiza-se, desse modo, a necessidade de os PCs dos países coloniais levarem em conta suas próprias realidades nacionais. Fundamentalmente, ressalta-se o fato de os partidos ligados à IC formarem as frentes populares, ponto nevrálgico da nova tática do MCI.

Este Congresso marca o fim de uma era de projetos revolucionários mundiais. Daí para frente acentuam-se as marcas nacionais dos partidos comunistas e as conseqüentes políticas independentes que ocasionariam, mais adiante, fundos e insolúveis problemas ao Movimento Comunista Internacional.

¹⁴⁶ Cf. Agosti, *op. cit.*, t. III, v. 2